

# A VERDADE NO DISCURSO JORNALÍSTICO – A PALAVRA, A FORMAÇÃO DO SENTIDO E A MUDANÇA SOCIAL

Patrícia Bandeira de Melo\*

## Introdução

De que modo podemos falar da construção do sentido de verdade no discurso jornalístico? A escolha de palavras *certas* para designar episódios, fatos e indivíduos é uma busca tradicional no jornalismo como forma de convencer discursivamente que se está trazendo ao leitor a *verdade dos fatos*. Para além disso: o jornalismo busca construir e destituir sentidos de determinadas palavras como forma de interferir em questões sociais. Assim, os conceitos vão sendo formados e destruídos no campo da comunicação midiática segundo o momento histórico em que o discurso jornalístico se dá. Há expressões carregadas de determinado sentido que, ao longo dos anos, são destituídas de seu posto e relegadas pelos jornalistas por

portarem uma determinada carga ideológica considerada *negativa*. Há, assim, uma relação binária – bem e mal, negativo e positivo, moderno e arcaico – sobre a qual os construtores do discurso jornalístico se deparam em seus textos. A formação do conceito a partir dessa relação binária faz com que expressões antes usadas com uma dada pretensão ideológica passem a ser desprezadas ou excluídas da mídia. Em que medida, porém, é possível alterar a realidade a partir do discurso?

Alguns fatos sociais são definidores dessas mudanças discursivas. A elaboração e a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, por exemplo, foi um definidor da substituição da expressão *menor infrator*

\* Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGS/UFPE) e pesquisadora assistente da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

para *adolescente em conflito com a lei*. Também a palavra *preto* para referir-se às pessoas de cor negra foi trocada por *negro*, *afro-brasileiro* ou *afro-descendente*; a expressão *aidético* foi substituída por *soropositivo* ou *portador do vírus da Aids*; o *cego* passou a ser designado como *pessoa portadora de deficiência visual*; e o *paralítico* se transformou em *pessoa portadora de deficiência física*. Para Hans-Georg Gadamer:

“As palavras brotam do movimento comunicativo da interpretação que o homem faz do mundo, e que se dá na linguagem. Movidas e transformadas por esta interpretação, as palavras se enriquecem, alcançam novos contextos que recobrem os antigos, resguardam-se num quase esquecimento para tomar à vida em idéias novas e questionadoras” (GADAMER, 2002, p. 137).

Entretanto, Mikhail Bakhtin acredita que a questão da ideologia na formação do sentido da palavra é exterior a ela: a expressão não carrega em sua essência uma determinada marca ideológica. A ideologia não está na palavra, mas no contexto social. Ele afirma que, como unidade da língua:

“As palavras não são de ninguém e não comportam um juízo de valor. Estão a serviço de qualquer locutor e de qualquer juízo de valor, que podem mesmo ser totalmente diferentes, até mesmo contrários” (BAKHTIN, 1992b: p. 309).

A atitude jornalística de promover substituições de termos passa por um processo hermenêutico de atribuição de valores, numa análise entre significante e significado – palavra e coisa-em-si – que nos coloca a questão da historicidade: a verdade está contextualizada no tempo e no espaço e não no signo. Logo, seu sentido é determinado neste contexto social. Somente através do enunciado concreto a palavra adquire aspectos expressivos, ou seja, passa a expressar valor, valor que muda segundo a história. Bakhtin analisa a palavra sob três aspectos: como palavra neutra da língua, por não pertencer a ninguém; como palavra do outro, pois pertence ao enunciado alheio; e como palavra minha, pois car-

rega a minha intenção discursiva através da minha expressividade. Ele ressalta:

“Todas as propriedades da palavra que acabamos de examinar – sua pureza semiótica, sua neutralidade ideológica, sua implicação na comunicação humana ordinária, sua possibilidade de interiorização e, finalmente, sua presença obrigatória, como fenômeno acompanhante, em todo ato consciente – todas essas propriedades fazem dela o objeto fundamental do estudo das ideologias” (BAKHTIN, 1992a: p. 38).

Wilson Gomes (1993) recusa-se a aceitar que não seja possível a verdade e a objetividade no jornalismo. Ele tenta reinstaurar a tensão entre perspectiva e verdade, assinando a “importância do fenômeno do jornalismo como elemento definidor da cultura e da socialidade contemporâneas” (GOMES, 1993, p. 64). É importante ressaltar que, no campo do jornalismo, fatos e notícias não constituem em si a mesma coisa: notícias são fatos selecionados para serem divulgados. Logo, as notícias são construídas a partir dos fatos e são com elas que os jornalistas constroem a realidade midiática. Essa construção social da realidade no mundo jornalístico é uma realidade dotada de sentido, mas que só é acessível aos indivíduos de forma mediada, não havendo espaço para a interação característica de uma comunicação face a face.

Falar de verdade na notícia remete a falar sobre que verdade se está falando. A verdade do sujeito que recebe a mensagem ou a verdade do produtor da mensagem que intervirá no sentido que está no jornal? Gomes sugere uma interpretação inspirada em Aristóteles, na qual a verdade é a adequação entre a coisa e a representação ou enunciação que o sujeito faz dela. Assim, a verdade está em perspectiva: está com o produtor e está com o receptor. Para ele, “não há verdade, mas verdades, cujas validades são relativas ao interior das fronteiras das respectivas formas de vida” (GOMES, 1993, p. 70). Neste processo, a verdade vai sendo elaborada para garantir a intervenção jornalística em questões sociais. Gomes destaca:

A verdade no discurso jornalístico – a palavra, a formação do sentido e a mudança social

Patrícia Bandeira de Melo

"O explícito no texto torna-se fragmentos de sentidos, indícios e rastros de uma verdade que está além dele. O texto se transforma numa coleção de pistas e sintomas que remetem sempre para uma fonte de sentido, a ordem onde se inscreve a consciência e que a determina" (GOMES, 1993, p. 73).

Assim, como afirmamos, embora Bakhtin considere a palavra "o fenômeno ideológico por excelência" (BAKHTIN, 1992a: p. 36), ele atribui à palavra a condição de certa pureza e neutralidade na medida em que pode pertencer a vários e diferentes discursos ao mesmo tempo, inclusive contraditórios entre si. Bakhtin explica a condição de pureza e neutralidade da palavra ao afirmar que ela se constitui num material flexível, ou seja, que está presente em todo e qualquer enunciado. O discurso de partidos diferentes, de classes sociais diversas ou mesmo de grupos étnicos específicos diferem em seus sentidos, mas utilizam o mesmo instrumento: a palavra. Bakhtin ressalta que a palavra "é neutra em relação a qualquer função ideológica específica. Pode preencher qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, moral, religiosa". (BAKHTIN, 1992a: pp. 36-37).

A palavra ajuda a construir o discurso no tempo – passado, presente e futuro. A fabricação da história pelo discurso não pode ser compreendida sem esta dimensão histórica, sob o risco de se realizar uma prática hermenêutica que não garanta uma penetração mínima sobre a coisa-em-si, no fato ocorrido no tempo e que atravessa o mesmo tempo via discurso. É possível, desta forma, falar em verdade universal? De acordo com Ernst Cassirer (1997), a verdade é subjetiva porque muda no tempo e na perspectiva do interlocutor. É preciso, assim, que o jornalismo renuncie à pretensão de universalidade e objetividade, pois a verdade não é uma propriedade dos objetos, mas uma relação das coisas com o indivíduo e com o que ele pensa. Embora Durkheim (2005) defenda que é possível afastar a subjetividade, separando-se de dados que sejam sensíveis para o observador, este processo se mostra ideal e

distante da prática cotidiana no campo do jornalismo. Nesta perspectiva, se ao longo da história os jornalistas vêm adequando o discurso para o momento histórico em que ele se insere, não é possível falar em verdade e objetividade jornalísticas, mas numa verdade elaborada e situada no tempo e no espaço.

### ***É possível chegar à essência do objeto conceituado?***

Para Christopher Bryant (1985), uma das críticas ao positivismo é a formulação de uma teoria neutra da linguagem, um projeto de linguagem não-problemática e universal, sem espaço para dupla interpretação. Para os positivistas lógicos, há uma relação orgânica entre o real, o objeto (referente), o signo e o significado. Eles acreditavam na possibilidade de conceitos neutros. Nesta perspectiva, fica mais fácil pensar no sentido primeiro, no significado original de um termo. Ao partirmos da perspectiva apriorística de Kant, pensaríamos ser possível concordar com a existência de um sentido inicial, pré-estabelecido. No entanto, quando chegamos à visão derridiana de desconstrução, verificamos que o que existe é uma cadeia de significações que competem entre si. É claro, porém, que exatamente pelo aspecto histórico, esta competição tem vencedores e vencidos no discurso midiático: de tempos em tempos, as disputas de significação são ganhas por grupos que pretendem fazer prevalecer determinados sentidos. A cadeia pensada por Derrida, desta forma, não é necessariamente horizontal: há ganhadores e perdedores na disputa discursiva no tempo.

Se o indivíduo é o sujeito da história, a intuição deve submeter o conceito e, neste processo de submissão, faz prevalecer sentidos que emergem da diferença. Como afirmam Marx e Engels, a história é contada pelos vencedores: não existe a história dos vencidos, dos que foram derrotados. Segundo eles, "as idéias dominantes de uma época sempre foram as idéias da classe dominante" (MARX & ENGELS, 2002, p. 56). Logo, o conceito não pode ser formado universalmente, mas sim historicamente. Uma

A verdade no discurso jornalístico – a palavra, a formação do sentido e a mudança social

Patrícia Bandeira de Melo

questão trazida por Marx, porém, exige reflexão: é possível ir além do fenômeno, da coisa-em-si, e chegar à essência, a partir de uma contemplação filosófica? A linguagem é um local de armazenamento de conhecimentos anteriores que vão dar sustentação ao ser humano, concebido como ser resultante de um emaranhado de informações, crenças, discursos anteriores que passam a significar no indivíduo, ou seja, a constituir-se na sua formação discursiva.

A nossa constituição é de ordem lingüística, somos de origem discursiva, pois é da articulação de sentidos que se configuram os seres. Tende-se a diminuir o papel da linguagem como um meio de representar os pensamentos, desejos, idéias, mas na verdade a linguagem é pensamento. Para Kant, há uma separação entre os reinos dos fenômenos (a aparência, a palavra) e o das coisas-em-si (a essência, a coisa) e isso provoca uma contradição na capacidade de conhecer que delega ao sujeito: se o mundo das coisas-em-si é inacessível, como é dado ao indivíduo conhecer? Enquanto os marxistas condicionam a capacidade cognitiva do indivíduo às condições históricas e materiais, Kant considera a existência de conceitos fundamentais como inerentes ao espírito humano, o que vai ser retomado pelo neokantismo, com a definição de valores universais no curto-circuito provocado dentro da questão *fato X valor*.

No kantismo, aceita-se a existência de idéias inacessíveis à experiência sensorial, tais como Deus, livre arbítrio, alma, objetos que recaem no domínio da fé e não do conhecimento – são as condições a priori do conhecimento, localizadas no espírito humano. Contrariamente, os marxistas situam o apriorismo na combinação de práticas sociais humanas, nos aspectos materiais, intelectuais e espirituais. No kantismo, o mundo das aparências é passível de conhecimento, o mundo das coisas é do domínio da fé. Com o neokantismo, prevalece uma perspectiva apriorística, mas, nesta fase, o conceito perde o status de universal e passa a ocupar a condição da subjetividade, da convencionalidade e da cultura. É a filosofia da

*Verstehen*, do entendimento de ações e fenômenos sociais e culturais e que serviu de ataque ao positivismo e à sua busca de descobrir leis naturais e universais dentro da sociedade. Em Georg Simmel, uma das figuras centrais da *Verstehen*, percebe-se uma concepção do entendimento objetivo do significado de uma expressão e o entendimento subjetivo da pessoa que a proferiu. Max Weber, também central na *Verstehen*, enfatiza o significado subjetivo, mesmo que preso ao tipo ideal da intenção do indivíduo. O tipo ideal seria um sentido subjetivo pretendido idealmente pelo indivíduo.

Se tudo isso é possível, então o jornalista, ao produzir um discurso, tem pretensões de sentido que deseja fazer prevalecer, sentidos que disputam com outros que estão em circulação nos vários meios de comunicação. Esta pretensão visa a alterar relações sociais e promover mudanças, indicando novos sentidos a expressões antes negativas na relação binária. Na cadeia de significações, o jornalista quer que o sentido escolhido se firme e passe a substituir o anterior, reformulando conceitos. Mais uma vez, um exemplo nos ajuda a nos apropriarmos desse processo: o *invasor* passa a ser *ocupante* no processo de reforma agrária, na intenção de refazer a imagem do agricultor ou trabalhador que entra e se estabelece em terras alheias. Não é a contemplação filosófica, porém, que vai nos levar à essência do ser *invasor* ou *ocupante*, mas uma construção de sentido que ocorre no enunciado que se elabora, a partir da ação concreta desse indivíduo e das escolhas de significação de quem produz o discurso.

### ***O conceito e a coisa-em-si***

A intenção dos neokantianos era de descobrir as condições de possibilidade das regras a priori para a sociedade, enfim, a existência de conceitos universais. A proposta era de se fazer uma aproximação entre o conceito e a coisa-em-si, ou seja, verificar em que medida significante e significado guardam semelhanças, como a partir do fenômeno é possível se chegar à essência, em que medi-

A verdade no discurso jornalístico – a palavra, a formação do sentido e a mudança social

Patrícia Bandeira de Melo

da o signo remete ao referente. É uma tarefa constante com o intuito de fazer com que o conceito corresponda ao objeto conceituado, chegando à sua essência, ou seja, ao seu conhecimento. Nesta medida, é como se o jornalista, em sua tarefa de construção da realidade, fosse capaz de acessar a essência e produzir, a partir da troca de sentido, um novo conhecimento, chegando à verdade.

É nessa perspectiva que, segundo estudiosos neokantianos da Escola de Marburgo, é formulada a Teoria da Formação do Conceito, que se preocupa com a questão de se saber se as palavras se referem ou não ao mundo, se as palavras trazem em si, intrinsecamente, a capacidade que o objeto ao qual se refere possui. Enfim, a linguagem é a realidade em si ou a sua representação? Esta pergunta vai atravessar várias perspectivas teóricas até chegar ao pensamento derridiano sobre a desconstrução, passando antes pela hermenêutica.

Os neokantianos da segunda escola, Hidelberg, enfatizam a subjetividade e a relatividade da verdade, ao mesmo tempo em que há uma determinação em estabelecer valores permanentes, universais. A Teoria do Valor marca esta segunda corrente neokantiana, que tem como pressuposto que o entendimento – a *Verstehen* – de Kant consiste em ir além dele, em sua superação. Há toda uma discussão acerca da liberdade do indivíduo, para a qual Wilhelm Windelband insistia em afirmar não fundar-se na capacidade de interferir ou de iniciar uma nova cadeia de eventos. Mais adiante, Heinrich Rickert (1987), aluno de Windelband, tenta uma síntese entre historicismo e racionalismo, e neste momento indica que enquanto a ciência generaliza, a história singulariza.

Rickert tenta mostrar o que escapa à ciência e é capturado pela história. Para isso, avalia a percepção do termo *conceito* que, segundo ele, traz realidade a um objeto de modo que possamos compreendê-lo. Os conceitos são, assim, abstrações empregadas para organizar o inalcançável, ao mesmo tempo em que simplificam e reduzem a realidade para que possa ser apreendida.

E estas abstrações somente podem ocorrer no campo da ciência histórica, cujo conteúdo é formado de valores. Rickert se concentra na existência de valores universais, absolutos, que valem para todos os indivíduos. Segundo ele, há um elemento universal na experiência histórica e há um imperativo categórico de julgamento que pressupõe ideais universais.

Herdeiro e amigo pessoal de Rickert, Max Weber defende a neutralidade axiológica das ciências sociais. Para ele, embora o pesquisador escolha o objeto a ser pesquisado, logo, faça uma opção valorativa, o encarnhamento da pesquisa sobre este objeto é neutro: o resultado da prática de pesquisa do cientista social é neutro, isento de julgamento de valor, devendo produzir um conhecimento de validade absoluta, não pode ser subjetivo, deve ser aceito objetivamente, ou seja, ser neutro axiologicamente. A neutralidade é um imperativo categórico da obra weberiana, que mais adiante vai ser questionada por outras correntes teóricas.

O primeiro Ludwig Wittgenstein nos traz uma compreensão estrutural da linguagem, na qual a palavra é percebida como a coisa-em-si. Em seguida, ele se liberta dessa percepção, abandonando a idéia de uma gramática que dá conta de toda a linguagem, ou seja, de que o sentido esteja colado ao objeto. Para Richard Rorty (2002), não se atinge a essência da coisa, não chegamos ao que as coisas são, apenas expressamos como são. Logo, o sentido é sempre determinado, localizado, histórico, contextualizado, não universal e absoluto. O jovem Martin Heidegger, assim como o segundo Wittgenstein, evitam a separação entre forma e conteúdo, ou seja, os significados resultam de práticas sociais historicamente condicionadas. Wittgenstein mostra, desta forma, que há uma relativização nos valores no que concerne ao campo da formação dos sentidos, situada no campo da cultura. Assim, o que percebemos é uma caminhada do pensamento em direção a uma ampliação da discussão acerca da formulação de conceitos e da perspectiva da significação: a chegada à hermenêutica.

A verdade no discurso jornalístico – a palavra, a formação do sentido e a mudança social

Patrícia Bandeira de Melo

## **Hermenêutica: a arte da compreensão**

A hermenêutica é a arte de interpretar e compreender o mundo através do discurso. Enquanto Kant acredita que o indivíduo só conhece as coisas que estão no mundo dos fenômenos, não acessando as coisas-em-si, o processo hermenêutico se dá pela compreensão histórica dos textos, discursos e narrativas. Segundo Jean Grondin (1999), "a lei básica de toda a compreensão e conhecimento é a de encontrar, no particular, o espírito do todo e entender o particular através do todo" (GRONDIN, 1999, pp. 120:121). O processo de compreensão da hermenêutica consiste na naturalização do objeto analisado, no qual se busca regularidades e normas. Grondin, porém, destaca o elemento heterogêneo da formação do enunciado ao afirmar que, segundo Schleiermacher, "cada discurso (repousa) sobre um pensamento anterior" (GRONDIN, 1999, p. 125).

Se a hermenêutica é a interpretação da linguagem, é preciso ressaltar que a linguagem é um recorte da realidade, da totalidade do uso lingüístico de uma comunidade. Se, de início, os primeiros filósofos pensavam a hermenêutica como um descortinamento da contradição e do mal entendido, mais adiante o processo adquire mais força como processo interpretativo que vai além das intenções originais do autor do texto sob análise. No primeiro momento, a intenção de filósofos como Schleiermacher era de refazer o caminho percorrido pelo autor de modo a reconfigurar o seu pensamento interior a ponto de compreendê-lo ainda mais que ele próprio. Já neste instante, a intenção era de penetrar no universo interno do discurso, para chegar à verdade:

"Só nos tomaremos partícipes da verdade se estivermos hermeneuticamente intencionados, isto é, se estivermos dispostos a romper o frágil dogmatismo da esfera meramente gramatical para penetrar na alma da palavra" (GRONDIN, 1999, p. 132).

Ora, se a palavra possui alma, ela possui um sentido intrínseco, próprio, inicial?

Talvez não seja esta a idéia que Grondin pretenda dar à sua argumentação, talvez esteja falando de um entendimento do lingüístico como emanção do pensamento interior, uma comunicação da alma, na qual se encontram a contingência e a historicidade: a interpretação está marcada pelo tempo. E a verdade está inserida neste tempo, o conhecimento é relativo à sua época. Nesta medida, retomamos à questão lançada neste artigo: a substituição de palavras no discurso jornalístico servem para atender a uma demanda que ocorre em determinado momento histórico, a partir de conceitos que surgem e derrubam ou rebaixam um sentido previamente estabelecido. E, numa cadeia de significação, o sentido que prevalece supera as significações anteriores e se cristaliza por um período de tempo na mídia. Esta cristalização objetiva influenciar e alterar as condições sociais de indivíduos das circunstâncias em que se encontram.

Para Gadamer, a hermenêutica é a prática da interpretação, uma arte de explicação e de compreensão. Segundo ele, a tarefa hermenêutica se refere a "traduzir para uma linguagem acessível a todos o que se manifestou de modo estranho ou incompreensível. Assim, a tarefa da tradução sempre tem uma certa "liberdade" (GADAMER, 2002, p.112). A sua compreensão de hermenêutica de alguma forma remete a Platão, na perspectiva de que há uma transferência de compreensão de um mundo para outro, o que Gadamer chama de "mundo dos deuses para o dos homens". Ele faz uma dupla distinção para o sentido da expressão *hermenêutica*:

1. **Hermenêutica teológico-filológica;**
2. **Hermenêutica jurídica.**

O primeiro sentido se refere a arte de interpretação das escrituras sagradas, no intuito de se fazer a interpretação das alegorias presentes nas obras sagradas. Nesta fase, há uma certa liberdade de interpretação, o que vai ser revisto com a Reforma Protestante, que exige um retorno à literalidade da Sagrada Escritura: há aqui uma consciência de método que se deseja objetiva, livre da sub-

A verdade no discurso jornalístico – a palavra, a formação do sentido e a mudança social

Patrícia Bandeira de Melo

jetividade do intérprete. Neste momento, a hermenêutica se presta mais a objetivos didáticos do que filosóficos, restringindo-se mais a explicações das passagens bíblicas. Na hermenêutica jurídica, Gadamer ressalta o hiato entre a generalidade da lei e o caso individual no qual o direito deve ser aplicado. Segundo ele, foi Schleiermacher que deu à hermenêutica um novo impulso:

“A fundamentação da compreensão feita por Schleiermacher sobre a base do diálogo e do entendimento inter-humano significou no seu conjunto um aprofundamento dos fundamentos da hermenêutica (...). A hermenêutica tornou-se a base de todas as ciências históricas do espírito e não só da teologia” (GADAMER, 2002, p. 120).

A questão da verdade continua ancorada no historicismo, isto é, a verdade fica condicionada ao tempo e ao espaço, relativizada, mesmo com os esforços de vários filósofos na busca de uma constante, de algo universal e perene, como pensou Dilthey. Todos os filósofos posteriores a Dilthey tiveram o conteúdo de sua tipologia delimitado por um valor de verdade e se perdiam quando tentavam dar conta da totalidade dos fenômenos. As limitações são expressas na condição de que se deve reconhecer que há escolhas feitas voluntariamente, ou seja, escolhe-se “um Deus” a seguir na prática da interpretação e da ciência. De acordo com Gadamer, Heidegger fortalece o conceito de interpretação, que Nietzsche vai conformar como sendo o processo de interpretação transformado na vontade de poder, com uma significação ontológica. O primeiro Heidegger vai dar a mesma significação ontológica à historicidade, que vai condicionar a verdade e a compreensão. Nesta perspectiva, a historicidade não é uma limitação negativa, mas sim uma “condição positiva para o conhecimento da verdade” (GADAMER, 2002, p. 125).

Gadamer chega enfim a uma hermenêutica filosófica, sobre a qual afirma:

“O compreender só é possível quando aquele que compreende coloca em jogo seus próprios preconceitos. A contribui-

ção produtiva do intérprete é parte inalienável do próprio sentido do compreender” (GADAMER, 2002, p. 132).

A chamada virada lingüística, do Wittgenstein tardio, volta-se para uma linguagem que se faz na história, no contexto em que ela ocorre, no mundo da vida. Segundo Gadamer, “o significado dos signos (das palavras) era superado pelo das coisas” e “não só no discurso e na escrita mas em todas as criações humanas encontra-se um ‘sentido’ e que a tarefa da hermenêutica é descobrir este sentido” (GADAMER, 2002, pp. 135-136). É Dilthey que dá à hermenêutica seu caráter filosófico. Foi ele quem viu a relevância da história para a interpretação. Na virada lingüística, percebe-se que o papel da linguagem não é de apenas ser referência do mundo, a linguagem é uma atividade estruturante das relações entre as pessoas.

A hermenêutica é um passo adiante da *verstehen* de Dilthey, que se abria para a possibilidade do conhecimento a partir de métodos que levariam a resultados objetivos. Na hermenêutica, percebe-se as condições da tradição como definidoras do conhecimento. O entendimento, assim, é algo contingente, pertinente a um sujeito histórico e dotado de uma linguagem cujos sentidos vão sendo definidos à medida que as palavras vão sendo expressas.

Assim, caminhamos para perceber que é um equívoco pensarmos em consenso na formação do sentido. É preciso reconhecer a heterogeneidade, a pluralidade e a determinação local, prevendo-se que o significado é constituído dialogicamente e a hermenêutica crítica deve se ocupar das condições de possibilidade da pluralidade. É na divergência dos sentidos que se pode exercer a liberdade e a emancipação se dá no contexto dessa pluralidade. A emancipação do sentido, porém, é suficiente para garantir a mudança social?

### **O deslizamento discursivo de Foucault e a desconstrução de Derrida**

Na Modernidade, as palavras não são mais vistas como signos representativos dos objetos. Nesta fase, há um deslizamento do

A verdade no discurso jornalístico – a palavra, a formação do sentido e a mudança social

Patrícia Bandeira de Melo

sujeito no campo das palavras, a origem está perdida e é inapreensível, o que promove a palavra a uma posição de autonomia em relação ao registro das coisas, é o fim da correspondência entre a coisa e o signo. Nesta linha, como verificar a carga de ideologia que a palavra carrega ao designar seres e objetos? Como determinar que, ao dizer que um indivíduo é *aidético* ao invés de *portador de vírus da Aids* estamos carregando de negatividade a representação discursiva que fazemos desse sujeito? Não está aí embutida uma outra significação que é arbitrária? E, se é arbitrária, e portanto estabelecida historicamente no tempo, seu sentido é negativo neste dado instante e local, não valendo para outros contextos históricos.

Vejamos novamente o exemplo da expressão *preto* para referir-se à pessoa de cor negra. No Brasil, estabeleceu-se que o discurso tem que falar do *negro* ou do *afro-brasileiro*, mas em inglês, não é *niger* (negro) a expressão aceita no discurso, mas *black* (preto), ou seja, o sentido oposto acerca da mesma questão, o racismo. Isso comprova que a carga ideológica da palavra está fora dela, no discurso que se constrói no tempo e no espaço, e não na palavra em si, o que pode mudar em outro contexto histórico-social. Para Foucault (2002), os acontecimentos seguem uma ordem do saber que é exterior e que ligam saberes, instituições, discurso e prática. Segundo ele, o sujeito falante não pára de deslocar-se, de modificar-se, mudando convicções, certezas, assumindo riscos e fazendo tentativas. Logo, está descentrado, está sempre pronto a deixar emergir uma outra voz que, vindo de dentro, parece possuir a ele, quando na verdade veio de fora, do processo de alteridade que o formou como ser.

Apesar da crítica de Foucault a Jacques Derrida, a desconstrução derridiana não prevê uma inversão de posições entre fala e escrita, mas de deslocamento de sentido, e em cada deslocamento faz-se surgir novos conceitos. Na disseminação, ao contrário da polissemia, há uma cadeia textual horizontal,

não se levando a um sentido único: há uma explosão de significações e não existe a plenitude de uma palavra integral. Assim, chega-se ao *indecidível*, quando as oposições não estão nem acima e nem abaixo, não podendo definir qual das oposições binárias – fala e escrita, significante e significado – deve prevalecer. Cada momento de disseminação rompe com a noção de matriz, não há sentido primeiro.

Desta forma, a escritura é um indecível na perspectiva derridiana, fugindo da lógica tradicional que tende a remeter a palavra escrita a um objeto, significado, coisa. A palavra, na perspectiva tradicional, é o significante que contém um significado denotativo, o mais importante, e a palavra expressa assim o significado. Porém, a palavra falada, segundo Derrida, é o significante, a palavra escrita é o significado do significante. E é a escritura que permite a perpetuação dos significados, que se propagam na ausência do objeto e do sujeito. Para Derrida, a escritura vai além da linguagem porque passa a ser uma remessa sem fim a significantes, sem que haja um significado primeiro: é a disseminação.

Esta disseminação, entretanto, não ocorre livre na cadeia de significações proposta por Derrida. Há uma influência externa que determina sentidos e, como previu Marx, estabelece uma ordem de vencedores e vencidos. Logo, no discurso jornalístico, a disputa discursiva no campo dos sentidos está carregada da ideologia de quem escreve e também de quem é proprietário do meio de comunicação. Isso retira da cadeia sua condição de horizontalidade: certos significados estão acima ou abaixo. A decisão de se tentar a mudança social a partir dos enunciados jornalísticos esbarra nas vontades de poder dos que detêm a ordem do discurso. E nem sempre é possível, a partir da retirada ou inclusão de palavras, mudar condições sociais, pois o discurso – por mais força que possa exercer sobre a formação do indivíduo – precisa estar atrelado a ações que promovam mudanças. A linguagem é usada para promover desigualdade e opressão e

A verdade no discurso jornalístico – a palavra, a formação do sentido e a mudança social

Patricia Bandeira de Melo

também para emancipar, mas ela sozinha não é suficiente para tanto.

### Conclusão

De acordo com a semiologia, o signo está relacionado ao referente, ao objeto, à coisa-em-si que representa. Nesta relação, verificamos que este objeto possui, na concepção marxista, um valor de troca, que se estabelece no discurso dominante e lhe confere sentido. Por "baixo" desse valor de troca, porém, esconde-se o valor de uso, a essência da coisa-em-si, o sentido subjacente que não vem à tona. Assim, o referente é percebido apenas no seu aspecto fenomenal, não em sua essência. No objeto real, o referente é o fenômeno, a parte que aparece. A necessidade, que determina o valor de uso, é uma ressonância lógica, enquanto que a motivação, o valor de troca, tem uma ressonância psicológica, e ambas estão misturadas no processo de significação.

Não há distinção entre os conceitos de signo e referente, esta visão é pura metafísica, como se o signo, como forma, se distinguísse do mundo vivido, o conteúdo. Se são falsas as distinções, então estamos diante de falsos conceitos, e tudo isso tem por objetivo esconder estrategicamente duas modalidades de uma mesma forma (signo e referente). O conceito construído pelo discurso da comunicação é pura ilusão, que nos leva a crer que os objetos tiveram seus valores modificados. Assim, os indivíduos consomem o mesmo enunciado (objeto) como se fosse outro, acreditando que as mudanças discursivas traduzem uma alteração de sentido e uma transformação social. É isso que ocorre quando se tenta, por exemplo, reduzir o preconceito ao se substituir palavras no texto jornalístico: se *gay* passa a ser *homossexual*, em que medida se pode garantir que de fato um novo sentido passa a circular e é capaz de barrar o preconceito?

É evidente que ao se formular novos sentidos para substituir expressões que têm carga ideológica *negativa* é dado um primeiro passo no discurso midiático. Entretanto, a troca de palavras não traz atrelada em si uma

mudança de percepção do outro: a criminalidade envolvendo crianças nas ruas não reduziu porque deixaram de ser chamadas de *menores infratores* e passaram a ser conceituadas de *adolescentes em conflito com a lei* (ao contrário, discute-se a redução da maioria penal). Entretanto, não se pode negar o esforço da construção de verdades jornalísticas a partir do texto: os negros ganham mais espaço nos bancos escolares e podem agir judicialmente se forem vítimas de preconceito racial. Enfim, a elaboração e a alteração de conceitos na mídia isoladamente não é suficiente para promover mudanças sociais, mas se vinculadas a outras estratégias podem resultar efetivamente numa alteração na cadeia de significação, permitindo não apenas uma desconstrução discursiva, mas uma desconstrução cultural, que cumpra o que Gadamer sugeriu em sua hermenêutica filosófica: colocar em jogo os próprios preconceitos. Isso não deixa o intérprete livre para ser arbitrário em sua tarefa, mas mostra que seu trabalho é contingencial:

"A distância insuperável e necessária entre os tempos, as culturas, as classes, as raças – ou mesmo entre as pessoas – é um momento supra-subjetivo, que confere tensão e vida a todo compreender. Pode-se descrever esse fenômeno também do seguinte modo: o intérprete e o texto possuem cada qual seu próprio 'horizonte' e todo compreender representa uma fusão desses horizontes" (GADAMER, 2002, p. 132).

É importante nos preocuparmos com a ideologia e a crítica a ela. Ao fazermos a crítica, não conseguíssemos nos livrar dela, ou seja, quando falamos de ideologia não nos "descontaminamos" dela (esta crítica se pretende emancipatória, mas não se concretiza). Por isso, a hermenêutica não tenta superar a ideologia contida no discurso que interpreta. Para Gadamer, a interpretação não dissolve preconceitos – como previa o Iluminismo. E o que devemos nos ater é que a hermenêutica é um encontro com as opiniões alheias, assim como o jornalismo deve transparecer a diversidade dos discursos

A verdade no discurso jornalístico – a palavra, a formação do sentido e a mudança social

Patrícia Bandeira de Melo

que abarca a partir da diversidade de vozes que procura articular. E como a interpretação não dissolve preconceitos, as pessoas *cegas* ou *paralíticas* ainda não superaram – apesar das novas formações conceituais acerca do sentido das palavras que as designam como *portadoras de deficiência visual ou física* – a sua condição abaixo na cadeia de significações.

A verdade sempre contém em si a falta de verdade, ou seja, o elemento faltante – o falso que a teoria tenta desvendar com a verdade que sustenta – está presente na própria verdade que se apresenta. Mesmo que a linguagem seja ação, instrumento de reflexão, não pode sozinha mudar a realida-

de. Ao esboçarmos conceitos como *portador de vírus da Aids* ou do *adolescente em conflito com a lei*, o que falta está presente: o preconceito construído em torno do aidético e do menor bandido. Construções assim, conceitos assim, ao tentarem se impor como esclarecimento, trazem toda a carga de preconceito numa definição de um novo conceito para chamar o que já existia como forma de desmistificá-lo. A ocultação daquilo que se pensa é uma afirmação do que se oculta: o adolescente ou o menor permanece nas mesmas condições de abandono e exclusão e a nova construção conceitual não resolve por si a questão social. Enfim, a linguagem não dá conta de todas as coisas.

A verdade  
no discurso  
jornalístico –  
a palavra,  
a formação  
do sentido e a  
mudança social

Patrícia Bandeira  
de Melo

## Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992a.
- \_\_\_\_\_. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992b.
- BIRMAN, Joel. *Entre cuidado e saber de si: sobre Foucault e a Psicanálise*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- BRYANT, Christopher. *Positivism in Social Theory and Research*. Hampshire and London: McMillan, 1985.
- BURGER, T. *Max Weber's Theory of Concept Formation: History, Laws and Ideal Types*. Durham: Duke University Press, 1987.
- CASSIRER, Ernst. *Psicologia y teoria del Conocimiento in La Filosofía de la Ilustración*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.
- DUQUE-ESTRADA, Paulo César. 2002. *Derrida e a Escrita*. In: *Às Margens*. Rio de Janeiro: Edições Loyola/Editora PUC Rio, 2002.
- CAPUTO, J. *Por amor às coisas mesmas: o hiperrealismo de Derrida*. In: DUQUE-ESTRADA, P. C. *Às Margens*. Rio de Janeiro: Edições Loyola/Editora PUC Rio, 2002.
- DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Resposta a Derrida*. In: *Ditos & Escritos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, v. 1, 2002.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método II: complementos e índice*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GOMES, Wilson. *Verdade e Perspectiva. A Questão da Verdade e o Fato Jornalístico*. In: *Textos de Cultura e Comunicação*. Salvador: 1993. v. 29, p.63-83.
- GRONDIN, Jean. *Introdução à hermenêutica filosófica*. São Leopoldo: Unisinos, 1999.
- JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.
- LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 2000.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã: teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Centauro, 2002.
- MELO, Patricia Bandeira de. *Campo e habitus na produção jornalística: a construção da violência como trauma cultural no discurso midiático (o caso Serrambi)*. Recife: projeto de pesquisa de tese PPGS/UFPE, 2007.
- OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- RICKERT, Heinrich. *The Limits of Concept Formation in Natural Science: A logical introduction to the historical sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- RORTY, Richard. *Ensaio sobre Heidegger e outros*. Escritos Filosóficos 2. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- WILLEY, Thomas E. *Back to Kant: the revival of Kantianism in German Social and Historical Thought*. Detroit, Wayne State University Press, 1978.

A verdade  
 no discurso  
 jornalístico –  
 a palavra,  
 a formação  
 do sentido e a  
 mudança social

Patrícia Bandeira  
 de Melo

